

Papel do Agentes Económicos na Política de Cooperação – Moçambique

Pedro Frederico Cossa – Moçambique

É com enorme satisfação que me dirijo à todos os presentes para partilhar reflexões sobre o papel crucial dos agentes económicos na política de cooperação, à luz da experiência de Moçambique. A AMECON, organização que tenho a honra de presidir, tem acompanhado de perto a evolução das relações económicas que o nosso país estabelece com outros Estados e instituições, especialmente num momento decisivo em que Moçambique avança para a consolidação de uma nova era de exploração de recursos naturais, com destaque para o gás natural.

Com reservas que nos colocam entre as maiores a nível mundial, este potencial energético pode transformar profundamente a nossa economia. No entanto, para maximizar esse potencial e assegurar uma monetização dos recursos de forma sustentável e em benefício do país, das empresas e das famílias é imperativo que todos os agentes económicos actuem de forma coordenada, dentro de uma política de cooperação bem estruturada, baseada em directrizes claras, estratégias eficazes e acções concretas, que fortaleçam as parcerias internacionais e tragam benefícios tangíveis ao desenvolvimento do país.

Papel do Governo de Moçambique

- O Governo de Moçambique tem colocado no centro das prioridades de política económica, o estreitamento das relações económicas e políticas com outros estados, baseadas em benefícios mútuos, equilíbrio entre os interesses e maximização das vantagens comparativas e competitivas. É nesse contexto, que a política de cooperação tem sido crucial, especialmente nas últimas décadas, tendo contribuído para o país consolidar a sua posição no cenário internacional como um parceiro relevante, tanto no contexto regional quanto à nível global.
- A política de cooperação de Moçambique tem privilegiado o envolvimento directo dos agentes económicos nas delegações oficiais aos diferentes países e procurado promover parcerias directas entre empresas nacionais e estrangeiras para implementação de projectos concretos capazes de promover o económico e social de Moçambique.
- Como resultado da diplomacia económica podem ser destacados os seguintes resultados concretos nos últimos anos, nomeadamente:
- Parcerias com entidades como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e a União Europeia cruciais para financiar projectos de infraestruturas, educação, saúde, e desenvolvimento rural. O Acordo de Parceria Económica com a União Europeia, por exemplo, abriu portas para maior acesso dos produtos moçambicanos ao mercado europeu. Nos últimos anos, o governo conseguiu manter relações diplomáticas estratégicas com países como China, Brasil, Índia e Portugal, fortalecendo sua posição no cenário internacional. A cooperação com a China, em particular, resultou em grandes investimentos em infraestruturas, como a Ponte Maputo-Katembe, um marco na engenharia nacional;
- Em Moçambique, o governo tem priorizado setores-chave como energia, infraestruturas, agricultura, saúde e educação nas suas parcerias de cooperação. A descoberta de grandes reservas de gás natural na bacia do Rovuma tem sido um factor determinante para a reorientação das políticas de cooperação de Moçambique, com o governo a atrair gigantes da indústria energética, como a TotalEnergies e a ExxonMobil;

- A exploração de recursos naturais está posicionada como um motor de desenvolvimento económico, e o governo tem feito esforços significativos para integrar o sector privado nesses projectos através de parcerias público-privadas (PPP), como a construção da Central Térmica de Temane, avaliada em 700 milhões de dólares, e que irá gerar cerca de 450 MW de energia, contribuindo para o aumento da auto-suficiência energética do país. Apesar do grande potencial, a dependência de recursos naturais pode tornar-se uma vulnerabilidade se não forem acompanhados por políticas que diversifiquem a economia e promovam o desenvolvimento sustentável, sendo por isso que se avançou para a criação do Fundo Soberano, um instrumento que visa assegurar a sustentabilidade económica da exploração e canalização dos rendimentos para potenciar outros sectores da economia, contribuindo para a diversificação da base produtiva.
- Por fim, no âmbito regional, Moçambique é membro activo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e tem colaborado estreitamente com os países vizinhos na promoção da integração económica e da paz regional. Através da SADC, o governo tem se envolvido em iniciativas que visam melhorar a segurança regional, combater o terrorismo e fortalecer a integração económica regional, com ênfase em áreas como a agricultura, transportes e comércio.

Papel do Sector Privado

O sector privado tem sido um impulsionador chave na atracção de Investimento Estrangeiro Direto (IED). Em 2021, Moçambique registou aproximadamente 2,3 bilhões de dólares em IED, muito desse valor resultante de investimentos de grandes empresas multinacionais, como a TotalEnergies e a ExxonMobil. Estes gigantes do sector energético têm desempenhado um papel estratégico na exploração de gás natural, com projectos que acumulam mais de 20 bilhões de dólares, projectando Moçambique como um dos maiores produtores de gás a nível mundial.

Além disso, as Parcerias Público-Privadas (PPP) têm sido vitais para o desenvolvimento das infraestruturas. Projectos como a Central Térmica de Temone, avaliado em 700 milhões de dólares, são exemplos claros de como o sector privado contribui para o crescimento do nosso país. Estas PPPs não apenas promovem o desenvolvimento de infraestruturas críticas, como também criam empregos e impulsionam a economia local.

Falando de emprego, o sector privado é o principal motor da criação de postos de trabalho em Moçambique, representando mais de 80% dos empregos no sector formal. A agricultura, que emprega cerca de 70% da nossa população, é um exemplo de como os investimentos privados em tecnologia e inovação têm ajudado a modernizar este sector crucial para a nossa economia.

Outro aspecto vital é a diversificação económica. O sector privado tem promovido a expansão para áreas como o turismo, manufactura, e agronegócio. A empresa Mozal, no sector do alumínio, é um exemplo de sucesso, contribuindo para o crescimento das exportações moçambicanas, que aumentaram 15% ao ano entre 2015 e 2020. Estes esforços ajudam a reduzir a nossa dependência dos recursos naturais e a construir uma economia mais robusta e diversificada.

Por fim, o sector privado também tem mostrado um forte compromisso com a Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Empresas como a Vale (hoje Vulcan) e a Sasol investem milhões de dólares em iniciativas comunitárias, apoiando áreas como saúde e educação, e promovendo o desenvolvimento sustentável das comunidades locais.

Principais desafios na política de cooperação em Moçambique

Apesar dos assinaláveis progressos na política de cooperação, persistem alguns desafios, especialmente no que diz respeito a política de atracção do investimento externo para o país a destacar

- Excessiva concentração da atracção do Investimento Externo para sectores (indústria extractiva) com poucas ligações com os sectores estratégicos de desenvolvimento (entre 2002 e 2020, apenas 3% deste Investimento foi destinado ao sector da agricultura). O Investimento está orientado para a exportação de bens primários, com reduzida transformação e baixa retenção do valor agregado na economia nacional e relativamente pouca criação de emprego;
- Reduzidos ganhos do investimento externo para o país, associados à concessão de benefícios e incentivos (isenções de impostos e de direitos alfandegários, repatriação gratuita de lucros, etc.), bem como devido a acordos de dupla tributação com países que são paraísos fiscais. Apenas 1% do IDE é financiado por lucros reinvestidos entre 2002 e 2020;
- A burocracia excessiva, a informalidade, práticas ilegais e a corrupção nos processos de obtenção de licenças, aprovações e registos para a operação de investidores estrangeiros;
- Baixo desenvolvimento em infra-estrutura e de serviços básicos adequada (estradas, electricidade e telecomunicações confiáveis) que aumentam os custos operacionais para os investidores estrangeiros;
- A instabilidade política, os conflitos armados (terrorismo) e a criminalidade (raptos) representam riscos significativos para os investidores estrangeiros e seus investimentos em Moçambique.

Perspectivas Futuras

Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Ao olharmos para o futuro da política de cooperação em Moçambique, é imperativo que reforcemos o papel dos agentes económicos na promoção do crescimento sustentável e da diversificação da nossa economia. Para isso, devemos implementar estratégias que maximizem o impacto do **investimento estrangeiro direto (IED)** e promovam o desenvolvimento de setores estratégicos para além dos recursos naturais.

Em primeiro lugar, precisamos **diversificar o investimento externo**, estabelecendo parcerias internacionais sólidas que direcionem recursos para a agricultura, manufatura, turismo e tecnologia. Nosso objetivo deve ser que, até 2032, pelo menos **20% do total do IED** se concentre em setores não tradicionais, como agricultura e tecnologia, criando uma base económica mais diversificada.

Também é necessário **reavaliar os benefícios concedidos aos investidores estrangeiros**, garantindo que os lucros gerados sejam reinvestidos localmente. Queremos assegurar que **30% dos lucros** sejam reinvestidos no país até 2032, contribuindo para o fortalecimento da economia local e a criação de empregos. Outro ponto essencial é a **renegociação dos acordos de dupla tributação**, visando garantir uma tributação mais justa e equitativa. A meta é

renegociar **80% desses acordos**, especialmente com países considerados paraísos fiscais, o que pode aumentar em **30%** as receitas fiscais do país.

Para tornar Moçambique mais atrativo ao investimento, é imprescindível **reduzir a corrupção e a burocracia** nos processos de licenciamento de investimentos. O objetivo é reduzir essas barreiras em **50% até 2032**, criando um ambiente de negócios mais transparente e eficiente. Além disso, devemos **investir em infraestruturas básicas**, como estradas, eletricidade e telecomunicações, para que, até 2032, tenhamos **90% de cobertura de eletricidade e telecomunicações**, tornando o país mais competitivo globalmente.

A segurança dos investimentos também é uma prioridade. Parcerias para **garantir a estabilidade política e a segurança** são essenciais, com a meta de eliminar qualquer forma de conflito armado ou terrorismo, criando um ambiente estável e seguro para os investidores.

Por fim, precisamos desenvolver uma mão de obra qualificada para os setores estratégicos. Estabelecer acordos de **formação profissional** para enviar **moçambicanos** para programas de treinamento é vital para garantir que tenhamos os recursos humanos necessários para sustentar o crescimento desses setores.

Conclusão

Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Com estas acções, acredito que podemos aumentar significativamente o papel do setor privado e de outros agentes económicos na política de cooperação, criando uma base sólida para o crescimento sustentável e a diversificação da nossa economia.

Muito obrigado!